**Sustentabilidade nas empresas públicas de Minas Gerais: um estudo multicasos[[1]](#footnote-1)**

**Resumo**

No meio empresarial, a sustentabilidade é discutida em torno de três dimensões: econômica, social e ambiental, também conhecidas como *tripple bottom line*. O presente artigo tem por objetivo compreender os diferentes conceitos associados à sustentabilidade nas empresas públicas do estado de Minas Gerais, por meio da análise de como são inseridos conteúdos sociais, ambientais e econômicos nos discursos dessas empresas. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, classificado como descritivo, quanto aos fins, e documental, quanto aos meios. As organizações, objeto da pesquisa, foram três empresas públicas que compõem a estrutura governamental do estado de Minas Gerais, caracterizando um estudo multicasos. Os dados foram coletados das comunicações oficias das organizações e analisados com base em técnicas de análise de conteúdo. Os resultados obtidos mostraram que embora muitos dos discursos tenham se referido à sustentabilidade de uma forma coletivista, ainda observa-se grande dificuldade de se equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental desse conceito.

**Palavras-Chave**: Sustentabilidade; discursos organizacionais; empresas públicas; conteúdos socioambientais; dimensões da sustentabilidade.

**Sustainability in public companies of Minas Gerais state: a multicases study**

**Abstract**

In the business sustainability is discussed around three dimensions: economic, social and environmental, also known as triple bottom line. This paper aims to understand the different concepts associated with sustainability in public companies in Minas Gerais state, through the analysis of how social, environmental and economic content are inserted in the speeches of these companies. This is a qualitative study, classified as descriptive and documentary. The research objects were three public companies that make up the structure of Minas Gerais state, featuring a multi-case study. Data were collected from official notifications from organizations and analyzed using content analysis techniques. The results showed that although many of the speeches have been referring to sustainability in a collectivist way, there is great difficulty in balancing the economic, social and environmental dimensions of this concept.

**Keywords:** Sustainability; organizational discourse; public companies; environmental content; Triple Bottom Line.

**Área:** Gestão Pública e Gestão Social

**1. Introdução**

O conceito de sustentabilidade vem sendo amplamente discutido nos últimos anos, estando cada vez mais presente nos discursos empresariais. No meio científico, o termo sustentabilidade surgiu nas áreas de Biologia e Ecologia, representando a capacidade que um ecossistema possui de manter um equilíbrio dinâmico que permita a subsistência da maior biodiversidade possível, incluindo todas as espécies (BOFF, 2010). Porém, o termo passou a assumir outras significações quando começou a ser associado à noção de desenvolvimento sustentável e a ser discutido no meio empresarial.

No meio empresarial a sustentabilidade é comumente discutida em torno de três dimensões: econômica, social e ambiental, também conhecidas como *tripple bottom line*. Segundo Claro, Claro e Amâncio (2008), observa-se que várias empresas possuem dificuldade em associar os seus discursos e práticas gerenciais a uma definição completa de sustentabilidade. Enquanto em algumas os discursos têm sido focados em questões sociais, em outras há maior ênfase nas questões ambientais e, em muitas, são abordadas apenas questões econômicas.

Embora prevaleça a ideia de que a sustentabilidade deve ser pautada por um equilíbrio entre preocupações sociais, ambientais e econômicas, a forma pela qual isso deve ser feito ainda é muito discutida. Por isso, apesar do discurso de muitas empresas terem incorporado o termo sustentabilidade de diferentes formas, na maioria delas essa preocupação ainda não se transformou em práticas administrativas e operacionais efetivas.

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo compreender os diferentes conceitos associados à sustentabilidade nas empresas públicas do estado de Minas Gerais, por meio da análise de como são inseridos conteúdos sociais, ambientais e econômicos nos discursos dessas empresas.

**2. A incorporação da sustentabilidade nos discursos das organizações**

No início dos anos 1970, emergiam discussões acerca da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico vigente e dos impactos socioambientais que vinham sendo causados em nível local, regional e nacional (MENKES, 2004). Nesse período, foi apontado um conjunto de contradições entre o modelo dominante de desenvolvimento econômico-industrial e a realidade socioambiental (LEIS E D'AMATO, 1998). Gavard chama a atenção para essa mudança:

Se a opinião nos anos 70 era a da existência de um conflito entre crescimento econômico e preservação ambiental, a partir dos anos 80, na busca de superar este impasse, emprega-se preferencialmente o termo desenvolvimento, que trazia um conteúdo mais vasto, contemplando aspectos que vão além da esfera estritamente econômica, relacionando-se à satisfação de necessidades intangíveis tais como qualidade de vida, justiça social, e, obviamente, preservação de recursos naturais (GAVARD, 2009, p.67).

A Conferência de Estocolmo em 1972 teve papel fundamental nesse processo, onde foi feito um alerta sobre a finitude dos recursos naturais. Embora essa conferência não tenha resultado em compromissos e acordos oficiais, legitimou, politicamente e em escala mundial, a relevância da questão ambiental (MENKES, 2004).

A partir dessa e de outras importantes convenções internacionais sobre meio ambiente, quase todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento passaram a instituir políticas nacionais de meio ambiente, representando importante marco dentro de cada país. A preocupação das organizações com o meio ambiente é, em parte, reposta às exigências legais que vêm se tornando cada vez maiores.

Até meados da década de 1980, predominou, no discurso empresarial, uma resistência a qualquer iniciativa de minimizar os impactos socioambientais decorrentes da atividade produtiva (DEMAJOROVIC, 2003). Segundo o mesmo autor, no que se referia especificamente aos problemas de degradação ambiental, os representantes empresariais argumentavam que os custos adicionais para as empresas, resultantes dos gastos em controle da poluição, comprometeriam a lucratividade, a competitividade e a oferta de empregos, gerando, portanto, prejuízos às partes interessadas, ou seja, trabalhadores, acionistas e consumidores. Mas os problemas decorrentes de tais atividades produtivas evidenciaram a urgência de posturas responsáveis das organizações.

Atualmente, empresas de diversos setores, como bancos, seguradoras, hotéis e indústrias químicas, têm se mobilizado para buscar uma atuação mais sustentável (BARBIERI, 2007). Essa postura também é observada nas empresas estatais, pois desde a Reforma do Estado na década de 1990, o setor público busca por atribuir eficiência operacional na gestão pública, fomentando ações que transcendem o cenário econômico, incorporando a perspectiva ética e moral nas suas relações com a sociedade (REIS; GIACOMINI FILHO, 2008).

Uma atuação mais sustentável no setor empresarial é apresentada e discutida em torno de três pilares fundamentais: social, ambiental e econômico. Esses pilares são conhecidos como as três dimensões ou *Triple Bottom Line* da sustentabilidade, as quais refletem a necessidade das empresas em ponderarem suas decisões estratégicas quanto à sustentabilidade econômica, ao gerenciar empresas lucrativas e geradoras de valor; à sustentabilidade social, ao estimular a educação, cultura, lazer e justiça social à comunidade; e à sustentabilidade ecológica, ao manter ecossistemas vivos, com diversidade e vida (VELLANI; RIBEIRO, 2006). Dessa forma, entende-se que está havendo contribuição das organizações para o desenvolvimento sustentável quando sua atuação gera resultados positivos em termos econômicos, sociais e ambientais (CARVALHO; BARBIERI, 2013).

Segundo Silva, Santinelli e Machado (2012), para que se alcance a sustentabilidade, esses três aspectos devem ser considerados de maneira equilibrada, visto que o sucesso em um ou dois deles não é suficiente para garantir a sustentabilidade. Dessa forma, as organizações podem basear suas ações nessas dimensões, de modo a buscar uma atuação equilibrada em termos de investimentos e projetos econômicos, sociais e ambientais. Contudo, essas dimensões não podem ser tratadas apenas em uma perspectiva individualista, ou seja, atendendo apenas aos interesses da própria organização, mas deve incorporar aspectos coletivistas. Assim, quando se busca, nas organizações, prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social, não se deve desenvolver ações que beneficiem apenas a própria organização, mas, sim, levar em conta a sociedade e o ambiente como um todo.

Assim, como a sustentabilidade está cada vez mais presente nos discursos das organizações, torna-se relevante verificar como esses discursos são construídos e como a sustentabilidade é apresentada nos mesmos. Apesar de, geralmente, a sustentabilidade ser definida de forma vaga, analisar o que tem sido afirmado e realizado em relação a esse conceito auxilia na compreensão do processo de mudança decorrente da maior importância dada, atualmente, às questões socioambientais.

**3. Metodologia**

Esse estudo, de natureza qualitativa, é classificado como descritivo, quanto aos fins, e documental, quanto aos meios. As organizações, objeto da pesquisa, foram três empresas públicas que compõem a estrutura governamental do estado de Minas Gerais, caracterizando um estudo multicasos. Essas empresas constituem um grupo heterogêneo de organizações, quanto à sua área de atuação, e estão listadas no Quadro 1.

Quadro 1 Empresas públicas do estado de Minas Gerais analisadas.

|  |  |
| --- | --- |
| **Empresa** | **Vinculação Lei Delegada nº 179 de 01/01/2011** |
| Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG | Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico |
| Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER | Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais - EPAMIG | Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento |

Fonte: elaborado pelas autoras, com base em Minas Gerais (2013).

Como fonte de dados, foram utilizadas todas as comunicações oficias das organizações sobre sustentabilidade e sobre questões sociais, ambientais e econômicas. Optou-se por esses documentos por constituírem uma forma de comunicação formal das organizações, na qual se observa o posicionamento assumido, nessas empresas, em relação ao meio ambiente, seu entendimento sobre sustentabilidade e as ações relacionadas à sustentabilidade. Na seleção dos documentos, foram coletados os dados contidos nos sítios eletrônicos das empresas, incluindo relatórios, políticas, e outros documentos dessa natureza.

Nesses documentos, foram selecionadas todas as referências feitas à sustentabilidade, assim como a questões sociais, ambientais e econômicas. Os dados foram analisados com base em técnicas de análise de conteúdo, por meio das quais se buscou compreender o sentido principal da comunicação, assim como outras significações, que podem se manifestar por trás da mensagem principal (BARDIN, 2004).

Esse processo foi constituído de três fases. Na primeira, foi feita uma uma pré-análise, na qual foi feita uma leitura de todo o material, permitindo sistematizar as primeiras impressões sobre seu conteúdo. Em seguida, foi feita a exploração do material, quando foi elaborada sua codificação, agregando os dados em unidades de registro e contexto. As unidades de registro foram os segmentos de conteúdo que continham uma ideia completa sobre os conceitos de sustentabilidade contidos nos discursos analisados. Para se separar tais unidades, foi feita uma busca pelos termos sustentabilidade, sustentável, sustentáveis, ambiental, ambiente, social e econômico.

As unidades de contexto são associações feitas entre as unidades de registro e uma determinada categoria (BARDIN, 2004). As categorias foram pré-estabelecidas, considerando-se as três dimensões da sustentabilidade: ambiental, social e econômica. Cada uma dessas três categorias foi dividida em duas subcategorias: individualista, quando a unidade de análise continha aspectos associados à uma visão restrita da questão ambiental, social ou econômica apresentada; e coletivista, quando a unidade de análise continha uma visão mais abrangente da questão apresentada. Assim, foi possível fazer a classificação dos conteúdos encontrados nas categorias e subcategorias pré-estabelecidas.

Na terceira e última fase da análise, foi feito o tratamento dos resultados obtidos e verificadas sua significância e validade. Para isso, retornou-se ao documento originalmente coletado, para nova leitura de todo o conteúdo tangente à cada unidade de análise e verificação da correta classificação de cada unidade nas categorias e subcategorias. Dessa forma, foi possível descrever os diferentes significados atribuídos à sustentabilidade pelas empresas estudadas e compreender como as questões sociais, ambientais e econômicas foram apresentadas em seus discursos.

Para verificação do equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e econômica da sustentabilidade, foi feita a contagem do número de unidades de análise classificadas em cada categoria. Contudo, em alguns casos, havia uma repetição da ideia apresentada. Por isso, não foi considerada, na análise, a informação quantitativa obtida. Observou-se, então, em conjunto, o número de trechos, o número de trechos desconsiderando as repetições e o volume de texto classificado em cada categoria e subcategoria. Assim, optou-se por apenas identifica a predominância de cada uma das dimensões analisadas.

**4. Resultados e discussão**

Em seguida, estão apresentados os resultados obtidos para cada organização pesquisada, descrevendo seus discursos sobre sustentabilidade, considerando suas três dimensões – econômica, social e econômica.

**4.1 Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)**

No discurso do BDMG, observou-se que a sustentabilidade era tratada a partir de suas três dimensões: econômica, social e ambiental. Contudo, houve predominância de aspectos econômicos, tanto no sítio eletrônico da empresa, como em seus relatórios e balanços sociais (BDMG, 2013).

Preocupações coletivistas, principalmente relacionadas à melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira, também foram recorrentes. Exemplo desse posicionamento pode ser observado quando se afirma que a finalidade da existência do BDMG é fomento financeiro com o intuito de auxiliar no desenvolvimento sustentável de Minas Gerais e atuar “em sintonia com os novos desafios da economia contemporânea e com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI” (BDMG, 2013).

O compromisso do banco com o desenvolvimento sustentável do estado é reforçado quando se afirma que a missão do BDMG é ser um “banco inovador, parceiro do cliente em soluções financeiras para empreendimentos comprometidos com a geração de oportunidades e o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais” (BDMG, 2013). Posicionamento que é também retomado em seus valores, como o “compromisso com a qualidade de vida e com a sustentabilidade” (BDMG, 2013).

Por meio dessas ações, a organização demonstra abordar a sustentabilidade de modo coletivista visto que o discurso busca apresentar o desenvolvimento sustentável como forma de proporcionar melhoria na qualidade de vida da sociedade como um todo.

Porém, em alguns momentos, a forma como o desenvolvimento sustentável é discutido na organização adquire caráter individualista. Isso ocorre quando é declarada a visão de futuro da organização em seu Plano estratégico 2012-2015, de “ser o Banco indispensável ao desenvolvimento de Minas Gerais” (BDMG, 2013). Busca-se apresentar preocupações, na organização, com sua credibilidade e visibilidade, não mais relacionadas ao desenvolvimento do Estado, mas, sim, ao crescimento e desenvolvimento da própria organização.

Dentre as dimensões do *triple bottom line*, a econômica foi a mais abordada nos discursos do BDMG. Em vários documentos são destacados os benefícios que as diferentes modalidades de suporte financeiro podem trazer, promovendo o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais. Tendo em vista uma perspectiva coletivista, são apresentados benefícios, em termos de melhoria de qualidade de vida, que os créditos de investimento podem proporcionar, inclusive em pequenas cidades que podem melhorar suas infraestruturas e se desenvolver economicamente, gerando mais empregos e aumentando a renda.

Outras linhas de crédito apresentadas pelo banco visam o incentivo à inovação, como as linhas de crédito Produto de Apoio às Empresas de Parques Tecnológicos (PROPTEC) e Produto de Apoio à Inovação nas Empresas (PRÓ-INOVAÇÃO), através da parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (BDMG, 2013). Esses programas visam, entre outras coisas, incentivar organizações que exerçam atividades de destaque em seus mercados, melhorando sua competitividade (BDMG, 2013).

Em relação à dimensão social, o discurso da empresa focou mais na melhoria da qualidade de vida da população, em uma visão coletivista, o que seria proporcionado por meio dos empreendimentos financiados com recursos do banco. Ainda na perspectiva coletivista, há também o relato de algumas ações que visam promover a inclusão social e estimular a cidadania dos indivíduos (BDMG, 2013). Exemplos disso são os investimentos em cultura e cidadania, como por exemplo, através da criação de uma instituição sem fins lucrativos, o Instituto de Cidadania dos Empregados do BDMG (INDEC), que desenvolve ações nas áreas, de saúde e assistência social às crianças, adolescentes e seus familiares (BDMG, 2013).

Do ponto de vista individualista, são relatados investimentos que visam melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores, como a criação da Fundação BDMG de Seguridade Social (Desban), com objetivo de atender o público interno nos assuntos de previdência e saúde.

Além desses programas, o BDMG busca dar maior transparência a suas ações, buscando adotar práticas de governança corporativa. Dessa forma, segundo o discurso do BDMG (2013), busca-se uma atuação mais eficiente, adotando princípios de equidade, transparência, responsabilidade corporativa e prestação de contas (*accountability*), buscando seguir as orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Banco Central do Brasil e do IBGC. A busca de transparência e de fornecer mais informações à sociedade também envolve a publicação semestral da revista Cadernos BDMG, que abordam assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e social (BDMG, 2013).

Na dimensão ambiental, o discurso que trata de questões dessa natureza está, em geral, relacionado àqueles que tratam de aspectos econômicos. Nas diretrizes norteadoras das ações do BDMG, por exemplo, é relatada a exigência de que os empreendimentos que buscam recursos nessa organização estejam de acordo com as normas de licenciamento ambiental. Para analisar a adequação ambiental dos empreendimentos, o banco conta com a ajuda de parcerias públicas e privadas que detêm competência para essa avaliação. Dessa forma, o banco busca enfatizar a necessidade de que as organizações que buscam expandir seus negócios o façam sem perder de vista a necessidade de conservação e recuperação ambiental (BDMG, 2013).

Também são relatadas as linhas de financiamento disponíveis para empresas que desenvolvam atividades de acordo com as normas ambientais, o que poderia ajudar na promoção do desenvolvimento sustentável do estado. Dentre essas linhas, destacam-se o Fundo de Recuperação, Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro) e o Finem Florestal. O Fhidro tem como objetivo o apoio financeiro a programas e projetos voltados para melhor aproveitamento e conservação dos recursos hídricos. Já o Finem Florestal visa o “apoio ao reflorestamento, à conservação e à recuperação florestal de áreas degradadas ou convertidas, e ao uso sustentável de áreas nativas na forma de manejo florestal” (BDMG, 2013).

Há ainda o Programa de Identificação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, que visa identificar “projetos nas áreas de eficiência energética, energias renováveis, biocombustíveis e mercado de carbono para apoio futuro nos estudos de viabilidade e implantação” (BDMG, 2013).

O BDMG promove ainda o Fórum Mineiro de Produção Mais Limpa, que foi criado junto a outras entidades, e tem como missão contribuir para o uso racional dos recursos naturais e para o desenvolvimento socioeconômico, através do incentivo de práticas menos poluentes que contribui para a promoção da sustentabilidade (BDMG, 2013).

Por meio desses programas, o banco representa uma importante fonte de recursos para empreendimentos que visam preservar e recuperar o meio ambiente. Pode-se dizer que tais iniciativas estão em consonância com o planejamento do estado de Minas Gerais, que tem como uma de suas principais diretrizes o desenvolvimento sustentável do estado, fomentando empreendimentos que auxiliem na redução dos problemas ambientais atuais.

De maneira geral, observou-se que, no discurso do BDMG, muitas vezes buscou-se afirmar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, principalmente nas diretrizes da organização, como sua missão. Busca-se justificar a existência da organização baseada nesse compromisso. Dessa forma, justifica-se a existência do banco com base nesse preceito, buscando apresentar os benefícios econômicos, sociais e ambientais gerados por sua atuação.

**4.2 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER)**

No sítio eletrônico da EMATER, assim como em outros materiais disponibilizados pela empresa, observou-se que há grande quantidade de conteúdo sobre a sustentabilidade. Segundo a EMATER (2013), a preocupação com o desenvolvimento sustentável se iniciou em 2003, quando a organização começou a promover investimentos sociais, ambientais e econômicos com o intuito de impactar positivamente na vida dos produtores rurais, principalmente no segmento da agricultura familiar. Esse posicionamento busca conciliar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental, visando à sustentabilidade das atividades agrícolas.

Na declaração da missão da EMATER (2013), de “promover o desenvolvimento sustentável, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira” observa-se uma preocupação coletivista, com a sociedade como um todo. Já na declaração da visão da organização, há o predomínio de uma visão individualista, já que se afirma que a organização almeja “ser reconhecida pela sociedade como a melhor empresa de assistência técnica e extensão rural na promoção do desenvolvimento sustentável”. A preocupação demonstrada com a visibilidade e credibilidade da organização no mercado e sociedade nesse trecho caracteriza preocupações individualistas em detrimento daquelas coletivistas.

Contudo, os aspectos coletivistas são predominantes no discurso da organização. Isso é evidenciado na apresentação de programas e projetos de auxílio à assistência técnica e extensão rural, destinados a médios e pequenos produtores rurais que visam à realização de atividades agrícolas com excelência. Segundo a EMATER (2013), por meio do aperfeiçoamento das técnicas de trabalho, o produtor obtém aumento de renda, o que permite melhoria de sua qualidade de vida. A organização apresenta seu trabalho como participativo, uma vez que o conhecimento oriundo da experiência do agricultor é valorizado e todos os indivíduos participam da contextualização de cada realidade e fazem sugestões de acordo com suas necessidades.

Na dimensão econômica, a preocupação com a mudança de perfil do público alvo da empresa, desde a década de 1970, mostra a busca, na organização, por se adequar às necessidades desse público. Afirma-se que a organização mudou o foco de seus serviços depois da crise de 1979, onde a frágil situação econômica reforçou a necessidade de assistência técnica aos pequenos e médios produtores rurais e para a produção de alimentos básicos (EMATER, 2013), caracterizando preocupações coletivistas com o desenvolvimento econômico do estado. Esse posicionamento é reforçado na apresentação de programas e projetos de assistência técnica e de extensão rural, nos quais os indivíduos são estimulados a ser mais participativos no processo de aprendizagem, de modo que possam aplicar o conhecimento construído para produzir com bons retornos econômicos.

A dimensão econômica também está presente nas comunicações da Emater (2013 e 2013), que visam apresentar informações de mercado e sobre inovações aos produtores. A comunicação é feita por meio do Informativo Conjuntural, que apresenta notícias sobre certos produtos, comentário econômico, análise de safras e preços médios de alguns produtos, da Rádio EMATER em Ação, que divulga semanalmente entrevistas técnicas sobre extensão rural, do programa Organização e Gestão da Pecuária Bovina em Minas Gerais, que fornece informações como pesquisas em melhoramento genético do gado.

A organização busca também conciliar a dimensão econômica às dimensões social e ambiental, como na afirmação de que “cada vez mais a Empresa busca incentivar, por meio de suas ações, o crescimento econômico com os imperativos de equidade social e respeito aos limites naturais dos ecossistemas” (EMATER, 2013). A preocupação com a distribuição de renda reflete-se na criação de programas e projetos que contam com o apoio de prefeituras, governos estadual e federal, universidades e outras organizações (EMATER, 2013).

A promoção do desenvolvimento social, em equilíbrio com o econômico, também é incentivada por meio de programas que visam auxiliar os agricultores familiares, especialmente aqueles em condições sociais menos favoráveis. Exemplo dessas ações é o Programa Minas sem Fome, que busca garantir a boa alimentação e qualidade de vida dos produtores e seus familiares (EMATER, 2013), por meio dos “projetos de lavouras, apicultura e distribuição de tanques de resfriamento de leite”, permitindo o acesso a alimentos de qualidade e o aumento da renda dessas famílias pela comercialização desses alimentos em feiras livres.

O posicionamento da EMATER (2013), de que os ganhos econômicos dos produtores devem ser condizentes aos seus esforços para o trabalho reforçam essas iniciativas, principalmente as de apoio à agricultura familiar, resultando em importantes ganhos sociais coletivos, devido à inclusão social e à formação e qualificação de indivíduos, preparando-os para desempenhar atividades agrícolas competitivas. Por adotar métodos participativos, incentiva-se o produtor a pensar soluções para os problemas em situações distintas, em vez leva-lo a agir sistematicamente pela imposição de conhecimento dos pesquisadores. Com isso, o indivíduo tem possibilidade de expandir sua autonomia, sua capacidade de geração de renda e sua qualidade de vida.

A dimensão ambiental também está presente em vários locais do discurso da EMATER, principalmente de modo integrado à dimensão econômica e em uma perspectiva coletivista. Entre os serviços oferecidos pela organização, destaca-se a assistência técnica voltada a auxiliar o produtor rural a desenvolver atividades agrícolas que estejam em conformidade com a preservação do meio ambiente. Para que isso seja possível, a organização mantém projetos que visam “a recuperação de áreas degradadas, a conservação do solo e da água, bem como a proteção da flora e da fauna, em sub-bacias hidrográficas” (EMATER, 2013).

Em seu Relatório Anual, a organização se posiciona da seguinte forma em relação à sustentabilidade ambiental:

Preocupada com o ambiente, a Emater-MG desenvolve diversos projetos no Estado, voltados para a educação, conservação ambiental e socialização de práticas produtivas que não agridam o ambiente. Com aperfeiçoamento e a preparação de seus profissionais na questão ambiental, a Emater-MG, além de exercer suas atividades sempre focada na sustentabilidade, também atua diretamente nas comunidades, especialmente nas rurais, por meio de ações que promovam o equilíbrio entre o crescimento econômico e o respeito ao meio ambiente. É preciso harmonizar a tecnologia de produção rural com as exigências ambientalistas. Não existe produção sustentável sem a proteção do meio ambiente (EMATER, 2013).

Assim, a organização reforça seu posicionamento de atrelar os interesses econômicos dos produtores rurais à necessidade de se preservar o meio ambiente, reforçando o posicionamento de equilibrar essas dimensões. Dentre os projetos executados pela EMATER (2013), destacam-se aqueles que têm como objetivo despertar no produtor a conscientização ambiental, a fim de que percebam os impactos globais que a atividade agrícola irregular pode ocasionar. Nesses projetos, o produtor é incentivado a optar por técnicas que não afetem sua saúde ou prejudique a qualidade de vida, mas sem descartar o conhecimento prático desses produtores que pode apresentar alternativas viáveis.

Dentre esses projetos, destaca-se o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que tem como objetivo reduzir a emissão de gases causadores de efeito estufa, como o dióxido de carbono. Como incentivo a essa prática, é disponibilizado, ao produtor, uma linha de crédito rural para a “regularização das propriedades rurais frente à legislação ambiental, inclusive, recuperação de áreas de reserva legal, preservação permanente, e o tratamento de dejetos e resíduos entre outros” (EMATER, 2013).

Em seu Guia Financeiro de 2012, a EMATER (2013) reforça importância econômica do programa ABC por buscar “incentivar o investimento em tecnologias sustentáveis com a adoção de boas práticas agrícolas e a integração de sistemas produtivos capazes de aumentar a produção [...]”. De acordo com a organização, dentro desse programa, consta o Sistema Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), que

é uma estratégia de produção sustentável, que integra atividades agrícolas, pecuárias e florestais, realizadas na mesma área, em cultivo consorciado, em sucessão ou rotacionado, buscando efeitos sinérgicos entre os componentes do agroecossistema, contemplando a adequação ambiental, a valorização do homem e a viabilidade econômica (EMATER, 2013).

Esse projeto incentiva o plantio direto, permitindo o cultivo de produtos sem agrotóxicos e a certificação de orgânicos (EMATER,2013). Além dos ganhos ambientais e relacionados à saúde, o produtor aumenta a competitividade de seus produtos, por produzir um alimento natural e distinto da maioria dos produtos ofertados pelo mercado. Nessa proposta, o produtor poderá utilizar sua propriedade de forma mais sustentável, uma vez que ao conciliar, por exemplo, a pecuária com algum tipo de lavoura, terá maior ganho econômico, menor desgaste do solo e menor quantidade de dióxido de carbono sendo liberada no ar. Ações como essas, além de gerarem ganhos coletivos e individuais, para o próprio produtor, buscam conciliar as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade.

Outros programas que contribuem para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, segundo a EMATER (2013) são o Certifica Minas Café, que visa a certificação das propriedades cafeeiras e a melhoria da qualidade de seu produto; O Minas Sem Fome, que prevê a erradicação da fome com alimentação segura e nutritiva; o Programa Minas Leite, que busca incentivar a qualificação gerencial e técnicas dos sistemas de produção pecuária bovina; e o Programa Juventude e Meio Ambiente, que estimula as redes jovens ambientalistas (EMATER, 2013). Por meio desses programas, a EMATER busca transmitir a imagem de que é uma organização que considera a sustentabilidade um aspecto de importância global e a insere em seus diferentes projetos e programas.

**4.3 Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG)**

A EPAMIG apresenta questões ligadas à sustentabilidade em seu discurso em um a perspectiva predominantemente coletivista, visto que sempre enfatiza o foco na indústria, de maneira geral, e nos produtores do setor agrícola, como impulsionadores do desenvolvimento social de Minas Gerais. Essa visão é expressa em sua missão de “apresentar soluções e inovações tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, em benefício da sociedade” (EPAMIG, 2013). Ao discorre sobre os polos regionais, centros de pesquisa, projetos e programas desenvolvidos na organização, também atrela tais investimentos ao desenvolvimento sustentável, por meio do auxílio aos produtores rurais.

Também está presente no discurso da organização a preocupação com as formas pelas quais a sustentabilidade pode ser medida. Para avaliar o resultado de suas ações que visam promover a sustentabilidade, a organização faz uso de Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas (ISA), que foram desenvolvidos a partir de parcerias. O ISA busca medir os resultados das ações da EPAMIG em prol do desenvolvimento sustentável, permitindo o aperfeiçoamento das estratégias de execução de seus programas e projetos, de modo que as atividades agrícolas contribuam com a preservação do meio ambiente (EPAMIG, 2013).

Ao tratar das dimensões ligadas à sustentabilidade, o foco central é na econômica, sendo essa muitas vezes relacionadas à dimensão social. Exemplo dessa centralidade é o Instituo de Laticínios Cândido (ILCT), que é um centro de pesquisa em laticínios, cujo objetivos é desenvolver técnicas de melhoramento da produtividade, fornecendo suporte para que o desenvolvimento desse setor seja sustentável ao mesmo tempo que rentável. Uma das principais preocupações desse instituto é quanto à regularidade e segurança alimentar na cadeia de laticínios, desde o início do processo da produção leiteira.

A preocupação central nos aspectos econômicos também é observada em setores específicos nos quais são desenvolvidos programas da empresa, apontados como promotores da sustentabilidade. Exemplos disso são o Programa Aquicultura, cujo objetivo é dar suporte à melhoraria da produtividade de tilápias, por meio de técnicas, estudos genéticos e a qualificação do produtor; o Programa de Fruticultura, que tem o objetivo de apoiar pesquisas de tecnologias de apoio ao setor de frutas; o de Programa de Silvicultura, que visa estudar tecnologias e áreas para o plantio florestal nos polos espalhados no Estado de Minas Gerais EPAMIG (2013); e o Programa Olericultura, cujo objetivo “é o desenvolvimento sustentável do agronegócio olerícola no estado de Minas Gerais por meio da pesquisa e inovação do conhecimento técnico científico, da gestão e do processo produtivo da olericultura mineira” EPAMIG (2013).

Nesses programas da EPAMIG, busca-se relatar que são realizados estudos sobre as condições de cada localidade, o que permitiria corrigir falhas e adequar fatores, de modo a proporcionar uma produção mais qualificada e eficiente. Assim, as produções ganhariam competitividade no mercado e, consequentemente, melhorariam o rendimento do produtor (EPAMIG, 2013).

Buscando relacionar a dimensão econômica às dimensões social e ambiental da sustentabilidade, é apresentado, no discurso da EPAMIG (2013), seu Programa de Geração de Conhecimento e de Tecnologia Agropecuária, que tem por finalidade “fortalecer a integração das atividades da EPAMIG ao processo de desenvolvimento econômico e social do estado de Minas Gerais” e seu Projeto de Adequação Socioeconômica e Ambiental das Propriedades Rurais, que visa fazer com que as propriedade rurais sejam estruturas de modo que seja possível o desenvolvimento das atividades agrárias em conformidade com as normas ambientais sustentáveis. Nesses dois programas, incentiva-se, primordialmente, que o produtor rural torne suas atividades agrícolas mais eficientes e lucrativas, enfatizando novamente a dimensão econômica da sustentabilidade, mas em uma perspectiva individualista.

Outro projeto que busca relacionar as três dimensões da sustentabilidade é o Projeto de Adequação Socioeconômica e Ambiental das Propriedades Rurais que, segundo a EPAMIG (2013), é um dos instrumentos utilizados na promoção do desenvolvimento social. Por meio dele, o produtor rural tem a oportunidade de se qualificar por meio da interação com os pesquisadores e outros envolvidos, permitindo troca de informações e experiências sobre agricultura. Nesse processo de qualificação, o produtor rural passa a perceber a importância de regulamentar sua propriedade de acordo com as normas ambientais vigentes legalmente.

Além disso, com a crescente necessidade de energia no setor agrícola para aumentar sua produção e expandir suas atividades, foi criado o Programa Agroenergia, que tem por objetivo promover investimentos na adoção de energias limpas nas atividades agrícolas. Ao pensar em alternativas de energias renováveis e menos agressivas ao meio ambiente, espera-se contribuir para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, propondo a agricultura como fonte de energia renovável, por utilizar fatores rurais não poluentes, de modo que a adoção de energia mais limpa amenize os danos ambientais causados na geração desse recurso (EPAMIG, 2013).

A preocupação ambiental na organização é retomada, com um caráter coletivista, na criação de programas que desenvolvam tecnologias que não agridam o ambiente ou que busquem por resultados que reduzam ou eliminem variáveis com efeitos ambientalmente prejudiciais. Também são desenvolvidas ações de apoio ao manejo de atividades como a aquicultura, olericultura, silvicultura e laticínios, com a finalidade de auxiliar na otimização do uso de recursos e na produção mais eficiente, conciliada com a produção ambientalmente sustentável (EPAMIG, 2013).

A EPAMIG busca discutir a dimensão ambiental da sustentabilidade em uma perspectiva coletivista, buscando apresentar a agricultura como fonte de energia renovável, capaz de trazer benefícios à sociedade e ao produtor. Contudo, a ênfase econômica dada no tratamento dos seus projetos e programas, acaba fazendo com que o equilíbrio entre as três dimensões da sustentabilidade não seja abordado de maneira adequada.

**5. Conclusão**

A sustentabilidade, em seu sentido original, deve vista de um ponto de vista coletivista, promovendo o desenvolvimento econômico e social de uma sociedade como o todo, mas preservando e conservado o meio ambiente. As organizações, muitas vezes, têm adotado o termo sustentabilidade em uma perspectiva individualista, predominantemente tratando de sua dimensão econômica e apresentando objetivos como aumentar a visibilidade, a participação no mercado ou outros similares.

O governo do estado de Minas Gerais, no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), apresenta a sustentabilidade como um de seus objetivos. Contudo, questiona-se nesse artigo, como as empresas públicas podem inserir a sustentabilidade em seus negócios, atendendo as necessidades coletivas e contribuindo com esse objetivo estadual?

Os resultados obtidos mostraram que nas organizações públicas nem sempre adotam a sustentabilidade como norteadora de suas ações, buscando o benefício e bem-estar da sociedade como um todo. Embora muitos dos discursos tenham se referido à sustentabilidade de uma forma coletivista, ainda observa-se grande dificuldade de se equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental desse conceito. Assim, embora se consiga, em alguns momentos, relacionar duas dessas dimensões, ainda não se observa nos discursos organizacionais um equilíbrio no tratamento de cada uma das três dimensões.

Esse estudo presenta limitações, pois os dados pesquisados se restringiram ao conteúdo dos sítios eletrônicos das organizações públicas pesquisadas, que podem executar outras ações que não são divulgadas nessas fontes de pesquisa. Além disso, o número de empresas selecionadas pode ser pequeno e não representar de forma ampla todas as empresas públicas do estado de Minas Gerais.

Por outro lado, servirá como fonte de pesquisas futuras, bem como poderá auxiliar as empresas públicas a refletirem sobre o aspecto coletivista da sustentabilidade, visto que a finalidade dessas organizações é atender as necessidades da sociedade e promover seu bem-estar. Além disso, é importante que o planejamento das empresas públicas esteja alinhado ao planejamento do governo do Estado de Minas Gerais, promovendo a efetividade das ações propostas.

Sugere-se, para estudos futuros, aprofundar as análises realizadas, a partir da coleta de dados primários, principalmente coletados por meio de entrevistas com os gestores das organizações, especialmente aqueles envolvidos com as questões relacionadas à sustentabilidade. Também recomenda-se analisar informações de outros públicos envolvidos com as empresas, como sindicatos e pessoas que utilizam seus serviços, entre outros.

**Referências**

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS - BDMG. Disponível em: <http://www.bdmg.mg.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2013.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial:** conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 382 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Coimbra: Edições 70, 2004. 281 p.

BOFF, L. **O pecado maior do capitalismo**:o risco do ecocídio e do biocídio. Disponível em: < http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>. Acesso em: 26 nov. 2010.

CARVALHO, A. P.; BARBIERI, J. C. Inovações socioambientais em cadeias de suprimento: um estudo de caso sobre o papel da empresa focal. **Revista de administração e inovação**, São Paulo, v.10, n.1, p.232-256, 2013.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v.43, n.4, p.289-300, 2008.

DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental:**

perspectivas para a educação corporativa**.** São Paulo: Editora Senac, 2003. 278 p.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG. Disponível em: <http://www.epamig.br >. Acesso em: 21 abr. de 2013

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – EMATER. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br >. Acesso em: 03 abr. 2013.

GAVARD, F. M. P. O discurso da sustentabilidade e as grandes empresas no Brasil: conteúdos e limitações. In: Anais do I Seminário Nacional de Direito Ambiental e Agrário da UFSM, 2009.

LEIS, H. R.; D’AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez,1998. cap. 5, p. 77-103.

MENKES, M. **Eficiência energética, políticas públicas e sustentabilidade**, 295 p., (UnBCDS, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, 2004).

MINAS GERAIS. Disponível em: < http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/ governomg/governo/estrutura-governamental/5840-empresas-publicas/5794/5040>. Acesso em: 12 set. 2013.

REIS, A.; GIACOMINI FILHO, G. Indicadores de Responsabilidade Social: estudo comparativo entre empresas públicas e privadas, baseado no Balanço Social IBASE. **Revista de Ciências da Administração**, v. 10, n. 22, p. 171-185, 2008.

SILVA, S. S.; SANTINELLI, F.; MACHADO, J. C. Sustentabilidade e questões ambientais, sociais e econômicas nos discursos das empresas estatais de minas gerais. In: **VII Encontro nacional de pesquisadores em gestão social**, 2012.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M. S. A sustentabilidade e a contabilidade. In: **Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**. Anais, São Paulo, 2006.

**Certificado de participação no ENGEMA, 2013.**

****

1. As autoras agradecem à FAPEMIG pelo financiamento do projeto APQ-02289-12. [↑](#footnote-ref-1)